

Evento: XXV Jornada de Pesquisa
ODS: 2 - Fome zero e agricultura sustentável

SEGURANÇA ALIMENTAR, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E GESTÃO SOCIAL¹

FOOD SECURITY, SUSTAINABLE DEVELOPMENT AND SOCIAL MANAGEMENT

**Eilamaria Libardoni Vieira², Ivo Ney Kuhn³, Maria Margarete Baccin Brizolla⁴, Laurí Basso⁵,
Elizandra Cristiane Pinheiro da Silva⁶**

¹ Pesquisa realizada no Projeto de Extensão em Gestão Social e Cidadania, Unijuí

² Professora do curso de Nutrição da Unijuí, Mestre em Ciência dos Alimentos, Doutoranda em Desenvolvimento Regional, Extensionista do projeto em Gestão Social e Cidadania

³ Mestre em Administração Pública pela UFPB, professor do DACEC, Extensionista do projeto de Gestão Social e Cidadania

⁴ Doutora em Ciências Contábeis e Administração, Mestre em Ciências Contábeis; Especialista em Contabilidade Gerencial, Professora do DACEC-UNIJUÍ, Extensionista do Projeto em Gestão Social e Cidadania

⁵ Mestre em Administração, Especialista em Teorias e Estratégias de Ensino para uma Metodologia de Ensino Superior, professor do DACEC-UNIJUÍ, extensionista do projeto Gestão Social e Cidadania

⁶ Técnica Administrativa e de Apoio-UNIJUÍ, Graduada em Administração Pública

Resumo

A gestão social, neste estudo, é abordada sob a perspectiva de um processo gerencial, cujas deliberações sejam compartilhadas entre os participantes da ação (TENÓRIO, 2008; 2016), procurando atender às demandas de um determinado grupo social, no caso uma escola de educação infantil, no que diz respeito à segurança alimentar (MEDEIROS; BUENO; SÁ, 2018), destacada especificamente nas metas 2.1 e 2.2 do ODS 2 (Fome zero e agricultura sustentável), vinculados a erradicação da fome e desnutrição. Sendo o objetivo principal da investigação visa identificar como é percebida a segurança alimentar da merenda escolar em uma escola de educação infantil, a partir do que está estabelecido nas metas 2.1 e 2.2 do ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), sob a perspectiva da gestão social. Para tanto, a pesquisa é descritiva, documental e de campo e de abordagem qualitativa, utilizando-se como instrumento de coleta a entrevista e como técnica de análise dos dados a análise de conteúdo. Os resultados indicam os gestores da alimentação escolar na Escola Municipal João Goulart concordam que o PNAE é um programa que contribui para a Segurança Alimentar e Nutricional dos estudantes e tem como prioridade a oferta de uma alimentação adequada e saudável de acordo com os objetivos e as diretrizes nutricionais estabelecidas desse programa, em consonância com o ODS - 2.

Abstract:

In this study, social management is approached from the perspective of a management process, whose deliberations are shared among the participants of the action (TENÓRIO, 2008; 2016), seeking to meet the demands of a certain social group, in this case an education school in terms of food security (MEDEIROS; BUENO; SÁ, 2018), specifically highlighted in goals 2.1 and 2.2 of SDG 2 (Zero hunger and sustainable agriculture), linked to the eradication of hunger and malnutrition. Being the main objective of the investigation, it aims to identify how the food security of school meals is perceived in an early childhood school, based on what is established in goals 2.1 and 2.2 of SDG 2 (Zero Hunger and

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 2 - Fome zero e agricultura sustentável

Sustainable Agriculture), from the perspective of social management. To this end, the research is descriptive, documentary and field and with a qualitative approach, using the interview as a collection tool and content analysis as a data analysis technique. The results indicate that school food managers at Escola Municipal João Goulart agree that PNAE is a program that contributes to the Food and Nutrition Security of students and has as priority the offer of adequate and healthy food according to the objectives and guidelines established nutritional values of this program, in line with the SDG - 2.

Palavras chave: segurança alimentar; alimentação escolar; desenvolvimento sustentável; gestão social

Keywords: food security; school feeding; sustainable development; social management

1 INTRODUÇÃO

O debate a respeito da Gestão Social tem ganhado força com o engajamento em cumprir as metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Tal discussão implica, antes de tudo, no entendimento acerca dos pressupostos nos quais estão pautados os paradigmas da sustentabilidade (SACHS, 2000) e gestão social (TENÓRIO, 1998, 2006, 2008, 2010).

Permitindo uma visão sistêmica, a partir de práticas sustentáveis, constituídas com base em discussões e deliberações, respeitando a autonomia humana, capaz de pensar e agir de forma lógica e organizada, considerando as demandas de subsistência (GAULEJAC, 2007), ao mesmo tempo que procura contemplar a preservação ambiental e respeitar valores como a inclusão, a igualdade, o pluralismo, a autonomia e o bem comum e voltados para o bem comum e o bem viver (TENÓRIO, 2006).

Nesse sentido, Medeiros, Bueno e Sá (2018), destacam uma crescente preocupação com a insegurança alimentar, em face à dados recentes, que mostram o quadro preocupante da fome no planeta. Em 1996 a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) emitiu um conceito orientador sobre essa abordagem, enfatizando a importância de assegurar acesso para todos em qualquer momento, aos alimentos de qualidade e em quantidades suficientes, garantindo assim vida saudável e ativa.

Para minimizar os riscos de insegurança alimentar, a meta 2.5 do ODS 2 (Fome zero e agricultura sustentável) desafia os países a manutenção e a proteção da diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados, e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e bem geridos em âmbito nacional, regional e internacional (NASCIMENTO; ANDRADE, 2010).

De acordo com a ONU (2015) a meta 2.1 do ODS 2 (Fome zero e agricultura sustentável), fomenta a preocupação dos países em acabar com a fome e a garantirem o acesso a alimentos seguros, nutritivos, de forma justa, equitativa e suficientes durante todo o ano. Ajusta-se também com a meta 2.2, que prevê acabar com todas as formas de desnutrição.

A dimensão social evidencia os aspectos sociais relacionados à qualidade de vida dos

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 2 - Fome zero e agricultura sustentável

seres humanos, acesso a moradia, educação, saúde, alimentação e preservação do meio ambiente (ALMEIDA, 2002). Com isso Garajau (2015) destaca que a gestão social se concretiza a partir de processos que compreendem a ordem individual e coletiva, implicando em um novo projeto social, que na perspectiva de Tenório (2008), trata-se de uma gestão democrática, participativa, na formulação de políticas públicas e nas relações de caráter produtivo.

A gestão social, neste estudo, é abordada sob a perspectiva de um processo gerencial, cujas deliberações sejam compartilhadas entre os participantes da ação (TENÓRIO, 2008; 2016), procurando atender às demandas de um determinado grupo social, no caso uma escola de educação infantil, no que diz respeito à segurança alimentar (MEDEIROS; BUENO; SÁ, 2018), destacada especificamente nas metas 2.1 e 2.2 do ODS 2 (Fome zero e agricultura sustentável), vinculados a erradicação da fome e desnutrição.

Com isso, o significado de gestão social, adotado nessa discussão, associa-se ao que preconiza (TENÓRIO, 2005; 2008) que trata da possibilidade de gestão democrática e participativa, pública ou privada. Nesse sentido a questão de investigação deste estudo está focada em saber: Como é percebida a segurança alimentar da merenda escolar em uma escola de educação infantil, a partir do que está estabelecido nas metas 2.1 e 2.2 do ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), sob a perspectiva da gestão social? Nesse sentido o objetivo principal da investigação visa identificar como é percebida a segurança alimentar da merenda escolar em uma escola de educação infantil, a partir do que está estabelecido nas metas 2.1 e 2.2 do ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), sob a perspectiva da gestão social, na ótica dos gestores deste educandário.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia é o caminho, o método a ser seguido para realizar o estudo. Nesse sentido quanto à abordagem do problema, tem-se uma pesquisa qualitativa, que Segundo Lakatos e Marconi (2011) difere do quantitativo não só por não empregar instrumentos estatísticos, mas também pela forma de coleta e análise dos dados.

Do ponto de vista dos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva. Gil (2010), menciona que a pesquisa descritiva exige do pesquisador certo grau de responsabilidade para que possua validade científica.

Em relação aos procedimentos técnicos, a pesquisa pode ser documental, pois tem como fonte de coleta os documentos, sendo também estudo de campo, pois trata-se de um estudo que visa conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual se procura uma resposta (LAKATOS; MARCONI, 2011).

Para a coleta dos dados utilizou-se a literatura e a entrevista, que é uma das mais comuns e poderosas maneiras utilizadas para tentar compreender nossa condição humana, sendo uma técnica clássica de obtenção de informações nas ciências sociais (GIL, 2010). Para a análise dos dados utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, que se refere a um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção variáveis inferidas das mensagens (BARDIN, 1977).

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 2 - Fome zero e agricultura sustentável

O estudo foi realizado junto a Escola Municipal de Educação Infantil João Goulart, no município de Ijuí-RS, teve como objetivo verificar como é percebida a segurança alimentar da merenda escolar em uma escola de educação infantil, a partir do que está estabelecido nas metas 2.1 e 2.2 do ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), sob a perspectiva da gestão social. Para atender a esta proposta foi realizada entrevista on line com: a diretora da escola, a nutricionista do setor de Alimentação Escolar e com o Secretário da Secretaria Municipal de Educação de Ijuí/RS, indagando sobre as relações da alimentação escolar com a segurança alimentar dos estudantes.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

GESTÃO SOCIAL, SUSTENTABILIDADE E SEGURANÇA ALIMENTAR

A temática da gestão social, tem sido incorporada a pauta de discussão acadêmica e nas políticas públicas desde os anos 90, incluindo processos sociais com potencial para o desenvolvimento emancipatório e transformador, visando o enfrentamento das questões sociais inerentes a desigualdade social e o grande contingente populacional que se encontra em situação de vulnerabilidade social no Brasil (GARAIAU, 2015).

Trata das ações implicadas nas diferentes áreas da vida social, com ênfase na satisfação das necessidades da população (SINGER, 1999). Para Tenório (2010), a gestão social refere-se a tentativa de não olhar os processos decisórios exclusivamente sob ótica do mercado, mas voltando suas atenções para o bem comum e o para o bem viver, abordando tendências Dowbor (1999), da gestão social focadas na necessidade de repensar formas de organização social, que contemplem o estreitamento das relações políticas, econômicas e o sociais.

Essa temática tem sido objeto de estudo em práticas associadas à gestão de políticas sociais, de organizações do terceiro setor, do combate à pobreza e até ambiental, do que à discussão e possibilidade de uma gestão democrática, participativa, quer na formulação de políticas públicas, quer nas relações de caráter produtivo (TENÓRIO, 2016).

Entende-se que a sociedade brasileira no atual contexto político, econômico, social e ambiental, em muitos momentos, carece de discussões que permitam garantir deliberações democráticas, participativa e cidadã (JUSTEN; MORETTO NETO; GARRIDO, 2012), tratando-se de espaço privilegiado de relações sociais em que todos têm direito à fala, sem nenhum tipo de coação (TENÓRIO, 2006), alicerçados em valores como a inclusão, a igualdade, o pluralismo, a autonomia e o bem comum. Refere-se a um ambiente de diálogo, em que as práticas da gestão social podem aproximar as pessoas da política, considerando que por meio da gestão social que as pessoas privadas se encontram em espaços públicos, para discutirem a respeito de suas demandas (CANÇADO, 2011).

Com isso a gestão social se materializa em embasados em processos que contemplem a ordem individual e coletiva, implicando em repercussões possíveis de instituir um novo projeto societário (GARAIAU, 2015). Sendo assim, vislumbra-se, como resultado, a emancipação do homem, tendo em vista o amadurecimento dos atores envolvidos, decorrente da participação efetiva no processo decisório de forma transparente, o que indica a necessidade de uma linguagem clara e acessível as partes interessadas (OLIVEIRA; CANÇADO; PEREIRA, 2010).

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 2 - Fome zero e agricultura sustentável

A desigualdade segundo Jacobi (2015), no acesso e na distribuição dos recursos do planeta, dentre eles alimentos seguros e as diversas influências dos poderes econômicos e políticos, demonstram de forma desproporcional as desigualdades sociais no país e entre países e as alterações no meio ambiente, à medida que o sistema econômico mundial se aproxima do limite ecológico disponível. Tal preocupação está pautada nas discussões a respeito do desenvolvimento sustentável, que Wiggins (2009) destaca, como critério básico e integrador para estimular as responsabilidades éticas, nos aspectos extra econômicos servindo para reconsiderar os aspectos relacionados a equidade, a justiça social e ética.

Nesse sentido a temática da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável (PARTIDARIO; VICENTE; BELCHIOR, 2010; BEBBINGTON; RUSSEL; THOMSON, 2017) no campo da literatura e da política (KATES, 2011), tem ganhado força a partir da necessidade de enfrentamento dos problemas sociais complexos que derivam da interação entre natureza e sociedade (PARTIDARIO; VICENTE; BELCHIOR, 2010).

No desenvolvimento sustentável, pode ser proposto, tanto pelo setor público como pelo privado, constituindo-se em soluções, para um amplo leque de problemas atuais de alcances internacionais, dentre eles a segurança alimentar, discutida a partir da gestão social (VAN ZANTEN; TULDER, 2018). Com isso a atenção se volta para a criação de estratégias que fomentem a qualidade de vida atual e futura das comunidades, a partir da ideia de integração de conhecimento, de adoção de diferentes métodos e com abordagem voltada às diferentes partes interessadas (BEBBINGTON; RUSSEL; THOMSON, 2017).

Dentre as diversas iniciativas que houveram, a Agenda 2030 (ONU, 2015), constitui-se como o quadro mais importante de desenvolvimento global sustentável até 2030 (VAN ZANTEN; TULDER, 2018). Nesse sentido a ONU não mede esforços para alcançar seus objetivos e estimular seus participantes a engajarem-se no cumprimento das metas estabelecidas (ONU, 2015). A criação da força-tarefa global, em 2013, de governos locais e regionais para reunir e orientar o trabalho de defesa conjunta das principais redes internacionais do governo, contribuindo ativamente com os ODS, além de trazer líderes capazes para debates internacionais sobre a sustentabilidade no mundo todo (RUEDIGER; JANNUZZI; MEIRELLES; PIMENTEL, 2018).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) constituem uma agenda internacional para o desenvolvimento, a partir de seus 17 objetivos e 169 metas, os quais oferecem orientação e tangibilidade ao conceito desenvolvimento sustentável (LE BLANC, 2015) e são alternativas de análise, mais plural e integrativa aos desafios globais (LIMA; PARTIDARIO, 2020).

Segundo Ruediger *et al.*, (2018), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas metas são o resultado de um intenso trabalho de consulta pública, tendo como pressupondo que a Agenda 2030, os ODS e suas metas possam ser aplicadas em qualquer país do mundo. Assim, algumas metas em determinados países mais desenvolvidos, são cumpridas com excelência, mas essa realidade de efetivação não se aplica a países menos desenvolvidos, ocasionado pelas diferenças socioeconômicas de cada um.

Publicada sob a liderança da ONU (2015), a Agenda 2030 para o desenvolvimento é resultado de um esforço de diversas partes interessadas (governos, empresas,

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 2 - Fome zero e agricultura sustentável

organizações da sociedade civil, instituições de ensino). Buscar o desenvolvimento sustentável é cota-parte de cada uma dessas partes interessadas, e assim, tem-se o protagonismo do setor privado nesta agenda.

De acordo com a Agenda 2030, os ODS, tem como uma das preocupações acabar com a pobreza e fome, combater as desigualdades, construindo sociedades pacíficas, justas e inclusivas, proteger os direitos humanos, promover a igualdade de gênero e garantir a proteção duradoura do planeta e seus recursos naturais, com a determinação de criar condições para um crescimento econômico sustentável, inclusivo e sustentado, prosperidade compartilhada e trabalho decente para todos (ONU, 2015).

O conceito de alimentação não se caracteriza como uma receita pronta e concreta pois os princípios básicos entre as práticas alimentares e a promoção da saúde e a prevenção de doenças fazem parte desse processo. De acordo com Pinheiro, Recine e Carvalho (2005, p.2):

Uma alimentação saudável deve ser baseada em práticas alimentares assumindo a significação social e cultural dos alimentos como fundamento básico conceitual. A alimentação se dá em função do consumo de alimentos (e não de nutrientes). Os alimentos têm gosto, cor, forma, aroma e textura e todos estes componentes precisam ser considerados na abordagem nutricional. Os nutrientes são importantes, contudo, os alimentos não podem ser resumidos a veículos destes. Os alimentos trazem significações culturais, comportamentais e afetivas singulares que jamais podem ser desprezadas. O alimento como fonte de prazer também é uma abordagem necessária para promoção da saúde”

A partir dos programas e estratégias relacionados com a segurança alimentar e nutricional tem-se discutido cada vez mais sobre os impactos da cadeia de produção, preparo, distribuição e comercialização de alimentos. Esse contexto está contribuindo para a consolidação do movimento de valorização da “comida local”, incentivando o consumo de alimentos de cadeia produtiva curta, sendo produzidos com insumos da região onde vivem os consumidores e que tenham curto deslocamento entre a produção e a mesa do consumidor. A compra de produtos locais desenvolve o estímulo aos produtores locais, o menor uso de energia para produção, transporte e comercialização e melhor qualidade destes alimentos (NITZKE et al., 2012).

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) tem relação direta com a segurança do alimento e os aspectos de qualidade nutricional dos alimentos e das refeições. Segurança alimentar, segundo Cervato-Mancusso *et al.* (2013), está relacionada com a produção, a qualidade do alimento, o consumo e os efeitos fisiológicos da alimentação no processo saúde doença.

Entre os programas do Governo Federal que tem objetivos e estratégias de SAN destaca-

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 2 - Fome zero e agricultura sustentável

se a Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O PNAE é um programa de alimentação escolar executado pelo Governo Federal com responsabilidade do FNDE e tem como objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis (BRASIL, 2009b).

Além de ofertar alimentos que supram as necessidades nutricionais dos estudantes, o PNAE deve contribuir para a formação de hábitos alimentares saudáveis, crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, colaborar no processo de aprendizagem e no rendimento escolar. As diretrizes da alimentação escolar estabelecem a utilização de alimentos variados, seguros, que valorizem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis na perspectiva da segurança alimentar e nutricional. Também fortalecem o desenvolvimento sustentável, com incentivos para a compra de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente da agricultura familiar (BRASIL, 2009a).

Existe uma relação muito forte entre segurança alimentar e alimentação saudável e ela existe porque a segurança alimentar representa o direito que todas as pessoas têm de acessar alimentos de qualidade, de forma regular e permanente, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas. Representa igualmente práticas alimentares saudáveis, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2010).

Com o propósito de garantir a segurança alimentar dos alunos das escolas públicas beneficiados pela alimentação escolar foi aprovada a Lei da Alimentação Escolar nº 11.947/2009 que determina a aplicação de no mínimo 30% dos recursos repassados pelo FNDE para a alimentação escolar sejam utilizados na compra de produtos da agricultura familiar ou do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, 2009a).

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Segundo a nutricionista do Serviço de Alimentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação (Smed) do município de Ijuí/RS no período presencial a alimentação muitas vezes se caracteriza como a principal refeição do aluno ou uma complementação à alimentação diária, dependendo do nível de necessidade de cada um, pois muitas vezes trata-se de alunos de alta vulnerabilidade social e econômica.

Neste primeiro semestre de 2020 a Smed do município de Ijuí/RS distribui a alimentação escolar de acordo com a Resolução nº 2, de 9 de abril de 2020 que dispõe sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE durante o período de estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do

Evento: XXV Jornada de Pesquisa
ODS: 2 - Fome zero e agricultura sustentável

novo coronavírus - Covid-19 (BRASIL, 2020).

A nutricionista refere que nesse período a alimentação está sendo realizada através dos kits de alimentação que correspondem à alimentos perecíveis e não perecíveis, com o objetivo de garantir a alimentação destas crianças num período tão crítico, dentre elas as que residem no Parque da Pedreira. Dentre os alimentos que compõem o kit estão os alimentos da agricultura familiar.

Alimentos da compra da agricultura familiar contribuem para a melhoria na qualidade da alimentação oferecida aos escolares, ampliando a oferta de alimentos básicos, tradicionais e in natura. Esses alimentos são considerados mais saudáveis pois tem a procedência conhecida, pelo fato que a produção é local ou regional, o que proporciona maior confiabilidade. A proximidade entre fornecedor e o consumidor também possibilita a oferta de alimentos mais frescos na alimentação escolar (MOSMANN e TEO, 2017)

A diretora da escola refere que já foram feitas várias entregas de alimentos para os alunos da escola, inclusive os que moram no parque da pedreira (apartamentos e casinhas). “Iniciamos a distribuição em março último dia de aula com frutas e legumes que vieram para a alimentação dos alunos e que não seria mais usada na escola. Na outra semana distribuimos alimentos, que havia no depósito e que venceria em maio. Foi pouca coisa distribuída, tinha mais litros de leite. Em abril, maio e junho vieram kits de alimentos da Smed para famílias carentes, incluindo também o bolsa família. Nos kits recebidos pela Smed, tem vários alimentos não perecíveis além de frutas, legumes, pão, leite e carne. Temos em torno de 41 famílias morando nos apartamentos ou nas casinhas, que estudam na nossa escola.

A suplementação através dos kits de alimentação contribui para a manutenção da alimentação desses alunos nesse período de suspensão das aulas presenciais e sem oferta de alimentos na escola, assegurando assim que o educando continue alimentando-se, relata a nutricionista.

Acreditamos que este kit tem ajudado muito as famílias por pelo menos alguns dias estarão com a segurança alimentar e nutricional asseguradas, tendo em vista que no kit possui carboidratos, proteínas, fibras, gordura, importantes para o bom funcionamento do nosso corpo de acordo com a diretora.

No que se refere a alimentação escolar o PNAE é um programa que atende alunos de escolas das periferias do município, como por exemplo a Escola João Goulart, esse programa para muitas crianças tem se constituído como a principal fonte de nutrição completa que a criança recebe durante o dia. Dessa forma, nossa equipe tem todo o cuidado de oferecer um cardápio que possa suprir as necessidades de acordo com as diretrizes do programa. Mesmo entendendo que a escola tem o objetivo primeiro do processo de ensino aprendizagem, a alimentação escolar, em especial em bairros de periferia, é de suma importância, pois ela vai contribuir no processo de formação, de desenvolvimento da criança (do aluno). Por isso, temos pautado como gestão o

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 2 - Fome zero e agricultura sustentável

investimento de recursos na alimentação dos nossos alunos como uma forma de colaborarmos com a segurança alimentar o que contribui para o processo de aprendizagem.

O PNAE é um programa que contribui para as estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional, analisando a composição e a aceitação dos alimentos oferecidos aos estudantes, respeitando os hábitos alimentares, contribuindo para a aprendizagem e ainda para o desenvolvimento local dos produtores rurais (LIBERNANN; BERTOLINI, 2015).

A escola preocupa-se com vários assuntos que dizem respeito à formação do cidadão e a alimentação é uma delas. Quanto à alimentação escolar quem se preocupa com a segurança justa, nutritiva, equitativa e suficiente durante o ano é a equipe da alimentação da Secretaria Municipal de educação (Smed), a qual conta com duas nutricionistas. Assim, a preocupação em garantir acesso a alimentos da merenda escolar de forma segura, justa nutritiva, equitativa e suficiente durante todo o ano está a cargo da equipe da Smed. A equipe diretiva verifica a elaboração dos alimentos a partir da tabela enviada pelas nutricionistas bem como as trocas e substituições de cardápios e ainda se possuem a quantidade de alimentos para produzir o cardápio. A direção da escola orienta os professores a incentivar os alunos a consumirem os alimentos oferecidos, além de ensinar a adquirir boas práticas antes, durante e após consumo.

Quando indagados se existe entre a escola, a comunidade e o poder público um processo de discussão, e deliberações compartilhadas de modo a atender as necessidades de alimento seguro, nutritivo e suficiente dos alunos matriculados na escola, a reflexão que resultou foi que a escola percebe as necessidades alimentares dos alunos tendo em vista o consumo dos alimentos elaborados e a secretaria da educação envia cardápios a fim de suprir as necessidades alimentares de crianças e adolescentes. Sempre que algum alimento não é bem aceito pelos alunos, a escola informa as nutricionistas e dentro do possível este alimento é substituído por outro sem perdas nutricionais aos alunos. As funcionárias que elaboram os cardápios participam sistematicamente de treinamento, oferecidos pela equipe de alimentação da Smed. A comunidade escolar é informada dos cardápios que são elaborados na escola e esta nos informa se alguma criança não pode consumir determinado alimento por restrições alimentares e/ou problemas de saúde para, se possível, ser substituído por outro alimento (através de atestado).

De acordo com as recomendações do PNAE os estudantes com Necessidades Alimentares Especiais (alergias alimentares, diabetes, intolerância à lactose, doença celíaca ou outra condição que possa demandar alimentação escolar têm direito por lei de receber um cardápio especial (BRASIL, 2009a; FNDE, 2016). Nas escolas os cardápios devem ser adaptados de acordo com as necessidades alimentares especiais dos alunos e é papel da escola e seus colaboradores assegurar atendimento igualitário, com oferta adequada de alimentos para a situação de saúde de cada um, visando a inclusão social desses escolares (Szinwelski; Lopes; Taglietti, 2019).

Ao se dialogar sobre a procedência dos alimentos que compõem o cardápio da merenda escolar desta escola, através de formações continuadas é informado que há sim uma preocupação com a procedência, validade e qualidade, por parte da equipe de alimentação da Smed. Sempre que há problemas principalmente com hortifrúteis são

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 2 - Fome zero e agricultura sustentável

informadas pela escola e ele é substituído. Sempre tem uma pessoa responsável pela alimentação na escola ou a equipe diretiva para receber estes alimentos e ver se estão adequados para o consumo.

Os alimentos da agricultura familiar contribuem para a SAN dos escolares, pois possuem qualidade superior aos produzidos em escala comercial/industrial e apresentam maior frescor, por serem produzidos mais próximo das escolas. Os alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar também qualifica e valoriza as agroindústrias familiares do município (VIEIRA; BASSO; KRÜGER, 2020).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os gestores da alimentação escolar na Escola Municipal João Goulart concordam que o PNAE é um programa que contribui para a Segurança Alimentar e Nutricional dos estudantes e tem como prioridade a oferta de uma alimentação adequada e saudável de acordo com os objetivos e as diretrizes nutricionais estabelecidas desse programa.

Entende-se que garantir acesso a alimentos da merenda escolar de forma segura, justa, nutritiva, equitativa e suficiente durante todo o ano para os estudantes é um dos requisitos fundamentais para uma emancipação cidadã da comunidade em que esta escola está inserida, portanto a preocupação em garantir alimentos aos estudantes através da merenda escolar promove e emancipa também a comunidade, atendendo portanto ao segundo ODS.

5 REFÊRENCIAS

ALMEIDA, F. O bom negócio da sustentabilidade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Editora Edições 70, 1977.

BEBBINGTON, J.; RUSSELL, S.; THOMSON, I. Accounting and sustainable development: Reflections and propositions. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 48, p. 21-34, 2017.

BRASIL. **Lei n. 11.947 de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre: o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União, Brasília-DF, 2009a.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. **Resolução/CD/FNDE n. 38 de 16 de julho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Brasília-DF. 2009b.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil Realização** - 125 Indicadores e Monitoramento - da Constituição de 1988 aos dias atuais. Brasília: Brasil, 2010.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar. Versão atualizada com a Resolução CD/FNDE nº 04/2015. 2. ed. Brasília: FNDE, 2016.

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 2 - Fome zero e agricultura sustentável

BRASIL. Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. FNDE-PNAE. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-perguntas-frequentes>> Data de acesso: 30 jul 2020.

CANÇADO, A. C. **Fundamentos teóricos da gestão social**. 2011. Tese (Doutorado em Administração) Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011.

CERVATO-MANCUSO, Ana Maria et al. O papel da alimentação escolar na formação dos hábitos alimentares. **Revista Paulista de Pediatria**, n. 31, v. 3, p. 324-30, 2013.

DOWBOR, L. Tendências da gestão social. **Saúde & Sociedade**. São Paulo, v. 8, n. 1, p. 3-16, fev. 1999.

GARAJAU, N. I. Reflexões sobre a intersectorialidade como estratégia de gestão social. **MAIA**, v. 78, 2015.

GAULEJAC, V. A ligação vale mais que o bem. In: GAULEJAC, V. Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida (SP): **Letras & Ideias**, 2007, p. 285-325.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2010, 216 p.

JACOBI, P. R. Meio ambiente, riscos e aprendizagem social. **Revista Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, v. 10, n. 26, p. 346-364, 2015.

JUSTEN, C. E.; MORETTO NETO, L.. Do economicismo à dialogicidade: as contribuições do paradigma da ecologia profunda e da noção de gestão social para a temática da sustentabilidade empresarial. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 10, n. 3, p. 736-750, 2012.

KATES, R. W. What kind of a science is sustainability science?. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 108, n. 49, p. 19449-19450, 2011.

LAKATOS, E. M. MARCONI, M. de A. **Metodologia científica**. 5ª ed. 5ª reimpr. São Paulo: Atlas, 2011, 312 p.

LE BLANC, D. Towards integration at last? The sustainable development goals as a network of targets. **Sustainable Development**, v. 23, n. 3, p. 176-187, 2015.

LIBERNANN, Angelita Pinto; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor. Tendências de pesquisa em políticas públicas: uma avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. , n. 11, 2015.

is Flor

<https://www.scielo.org/article/csc/2015.v20n11/3533-3546/pt>

LIMA, J. M.; PARTIDARIO, M. R. Plurality in sustainability-Multiple understandings with a variable geometry. **Journal of Cleaner Production**, v. 250, p. 119474, 2020.

MEDEIROS, C. A. B.; BUENO, Y. M.; SA, T. D. A.; VIDAL, M. C.; ESPINDOLA, J. A. A. Fome zero e agricultura sustentável: contribuições da Embrapa. **Embrapa Clima Temperado-Livro científico (ALICE)**, 2018.

MOSSMANN, Márcia Pozzagnol. TEO, Carla Rosane Paz Arruda. Alimentos da agricultura

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 2 - Fome zero e agricultura sustentável

familiar na alimentação escolar: percepções dos atores sociais sobre a legislação e sua implementação. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 18, n. 2, p. 31-43, abr/jun, 2017.

NASCIMENTO, A. L.; ANDRADE, S. L. L. Segurança alimentar e nutricional: pressupostos para uma nova cidadania?. **Ciência e Cultura**, v. 62, n. 4, p. 34-38, 2010.

NITZKE, Julio Alberto Braz et al. Segurança alimentar: retorno às origens? **Journal Food Technology**, 4 SSA, maio, p. 2-10, 2012.

OLIVEIRA, V. A. R. de; CANÇADO, A.C; PEREIRA, J.R. Gestão social e esfera pública: aproximações teóricoconceituais. **Cad. EBAPE.BR**, v. 8, n. 4, dez., p. 613-626, 2010.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Brasília: Ministério das Relações Exteriores do Brasil

PARTIDARIO, M. R.; VICENTE, G.; BELCHIOR, C.. Can new perspectives on sustainability drive lifestyles?. **Sustainability**, v. 2, n. 9, p. 2849-2872, 2010.

PINHEIRO, Anelise Rizzolo de Oliveira; RECINE, Elisabetta; CARVALHO, Maria de Fátima. **O que é uma alimentação saudável?** Considerações sobre o conceito, princípios e características: uma abordagem ampliada. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde Departamento de Atenção Básica. Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição, 2005.

RUEDIGER, M. A.; JANNUZZI, P. D. M.; MEIRELLES, B.; PIMENTEL, J. **Políticas públicas para o desenvolvimento sustentável:** dos mínimos sociais dos objetivos de desenvolvimento do milênio à agenda multissetorial e integrada de desenvolvimento sustentável. 2018.

SACHS, I. Pensando sobre o desenvolvimento na era do meio ambiente: do aproveitamento racional da natureza para a boa sociedade. In: SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000, p. 47- 64.

SINGER, P. Alternativas da gestão social diante da crise do trabalho. In: RICO, E. de M.; RAICHELIS, R. (Org.). **Gestão social:** uma questão em debate. São Paulo: Educ/IEE/PUCSP, 1999. p. 55-66.

SZINWELSKI, N. K.; LOPES, K.; TAGLIETTI, R. L. Escolares com necessidades alimentares especiais: o papel da família e da escola. In: CONGRESSO INTERNACIONAL EM SAÚDE; 6. 2019. Ijuí, RS. Anais... Ijuí, RS, 2019.

TENÓRIO, F.G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Rev. Adm. Pública**, v. 32, n. 5, set./out., p. 7-23, 1998.

TENÓRIO, F.G. (Re)visitando o conceito de gestão social. In: LIANZA, S.; ADDOR, F. (Org.). **Tecnologia e desenvolvimento social e solidário**. Porto Alegre: UFRGS, 2005, p. 39-57.

TENÓRIO, F.G. A trajetória do Programa de Estudos em Gestão Social (Pegs). **Rev. Adm. Pública**, v. 40, n. 6, nov./dez., p. 1145-62, 2006.

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 2 - Fome zero e agricultura sustentável

TENÓRIO, F.G. (Re)visitando o conceito de gestão social. In: SILVA JR. et al (Org.). *Gestão social: práticas em debate, teorias em construção*. Juazeiro do Norte: UFC, 2008, p. 39-57

TENÓRIO, F.G. *Gestão social: uma réplica*. In: RIGO, Ariadne S. *Gestão social e políticas públicas de desenvolvimento: ações, articulações e agenda*. Recife: Univasf, 2010, p. 53-59.

TENÓRIO, F. G. *Gestão social: conceito*. In: TENÓRIO, F. G.; KRONEMBERGER, T. S. (Orgs.). **Gestão social e conselhos gestores**. v.3. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

VAN ZANTEN, J. A.; VAN TULDER, R. Multinational enterprises and the Sustainable Development Goals: An institutional approach to corporate engagement. **Journal of International Business Policy**, v. 1, n. 3-4, p. 208-233, 2018.

VIEIRA, Eilamaria Libardoni; BASSO, David; KRÜGER, Nathalia Rosa. Aquisições da agricultura familiar e qualidade dos alimentos fornecidos na rede escolar municipal de Catuípe/RS. **Desenvolvimento Regional em debate**, v. 10, p. 461-489, 2020.

WIGGINS, B. K. **Type of diversity and subgroup formation: Implications for team composition**. 2009. Tese de Doutorado.

Parecer CEUA: 3.621.173